



República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

2º SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO E MELHORIA DO GASTO PÚBLICO

Desafios e oportunidades da
implementação da transformação ecológica

Transversalidade do PPA



Desafios e Oportunidades



Visões convergentes



Coordenação e articulação



Reconstrução de instituições e instrumentos

TEMPO

PPA Participativo 2024-2027



Oficinas de construção do PPA

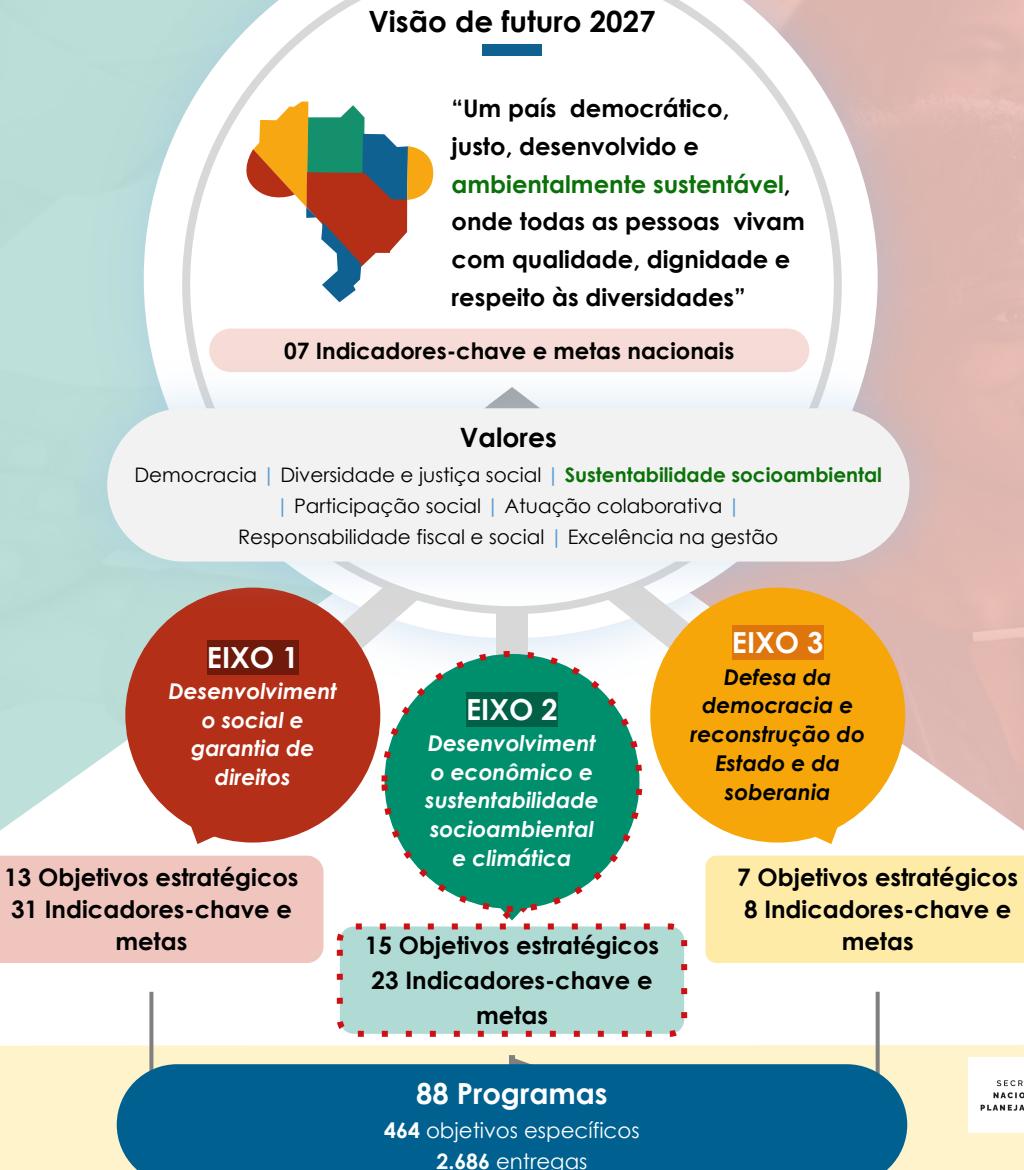
- 125 oficinas
- 716 horas
- + 4.400 participantes

Equipe técnica

- Equipes dos 37 Ministérios
- 36 técnicos da SEPLAN/MPO

Parceiros técnicos: IPEA, ENAP, IBGE, CAF, BID

Equipes parceiras: SOF, SMA, SNPS/PR, SECOM/PR, SAM/PR



Participação social em números



Fórum Interconselhos

- 3 encontros
- 36 conselhos nacionais representados



Plenárias Estaduais

- 27 Capitais brasileiras
- + 34 mil participantes
- 309 movimentos/organizações apresentaram suas demandas e defenderam propostas



Plataforma Brasil Participativo

- 4.087.540 Acessos
- 1.529.826 Votos

Programas do PPA mais votados

- 1 | **Enfrentamento da emergência climática** (20.534)
- 2 | Atenção primária à saúde (20.427)
- 3 | Atenção especializada à saúde (18.786)
- 4 | Promoção do trabalho digno, emprego e renda (16.316)
- 5 | Turismo, esse é o destino (15.246)

Propostas mais votadas por tema

- 1 | Saúde (360.740 votos e 1.225 propostas)
- 2 | Justiça e segurança pública (193.828 votos e 322 propostas)
- 3 | Educação (190.654 votos e 1.225 propostas)
- 4 | Direitos humanos e cidadania (79.509 votos e 511 propostas)
- 5 | Desenvolvimento, indústria, comércio e serviços (69.822 votos e 115 propostas)

Fonte: Secretaria Geral – Presidência da República

SECRETARIA
NACIONAL DE
PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Agenda Transversal

AMBIENTAL

Ações do governo destinadas a:

- conservação da biodiversidade e dos recursos naturais
- melhoria da qualidade ambiental (ar, água e solos)
- enfrentamento da emergência climática
- transição para uma economia de baixo carbono, com processos produtivos sustentáveis e o desenvolvimento da bioeconomia.

Critérios validados pelo MMA

50 Programas

- 113 objetivos específicos
- 372 entregas
- 150 medidas institucionais
- 28 participação social

23 Ministérios

Agenda Prioritária

COMBATE AO DESMATAMENTO E ENFRENTAMENTO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

Ações do governo destinadas a:

- Mitigação da emissão de gases de efeito estufa e do aumento da temperatura global;
- Adaptação diante das alterações climáticas (referência: Plano Nacional de Adaptação)
- Aumento da resiliência aos efeitos de eventos extremos

*Critérios: Sirene (Mitigação);
Plano Nacional de Adaptação*

33 Programas

- 82 objetivos específicos
- 291 entregas
- 125 medidas institucionais
- 17 participação social

17 Ministérios

Agenda Transversal Ambiental

50 Programas



- Abastecimento e Soberania Alimentar
- Agricultura Familiar e Agroecologia
- Agropecuária Sustentável
- Aviação Civil
- Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade
- Cidades Melhores
- Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social
- Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional
- Defesa Agropecuária
- Defesa Nacional
- Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática
- Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
- Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas
- Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Conservação dos recursos naturais



- Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade
- Educação Profissional e Tecnológica que Transforma
- Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade
- Enfrentamento da Emergência Climática
- Gestão de Riscos e de Desastres
- Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais
- Mineração Segura e Sustentável
- Mobilidade Urbana
- Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Periferia Viva
- Pesca e Aquicultura Sustentáveis
- Pesquisa e Inovação Agropecuária
- Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo

Melhoria da Qualidade Ambiental (ar, água e solos)



- Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos
- Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda
- Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios
- Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo
- Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre
- Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior
- Saneamento Básico
- Saúde Indígena
- Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome
- Segurança Pública com Cidadania
- Transição Energética
- Transporte Ferroviário
- Transporte Rodoviário
- Turismo, esse é o destino
- Vigilância em Saúde e Ambiente

Enfrentamento da Emergência Climática

Transição para uma Economia de Baixo Carbono

PRIORIDADE: COMBATE AO DESMATAMENTO E ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

33 Programas

- Agricultura Familiar e Agroecologia
- Agropecuária Sustentável
- Aviação Civil
- Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade
- Cidades Melhores
- Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social
- Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional
- Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática
- Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
- Enfrentamento da Emergência Climática
- Gestão de Riscos e de Desastres
- Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

- Mineração Segura e Sustentável
- Mobilidade Urbana
- Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Periferia Viva
- Pesquisa e Inovação Agropecuária
- Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis
- Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo
- Portos e Transporte Aquaviário
- Programa Espacial Brasileiro
- Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

- Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo
- Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre
- Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior
- Saneamento Básico
- Segurança Pública com Cidadania
- Transição Energética
- Transporte Ferroviário
- Transporte Rodoviário
- Turismo, esse é o destino
- Vigilância em Saúde e Ambiente

MITIGAÇÃO

Uso da Terra, mudança no uso da Terra e Florestas

ADAPTAÇÃO

Agricultura

Biodiversidade e Ecossistemas

Cidades e Desenvolvimento Urbano

Gestão de riscos e Desastres Naturais

Indústria e Mineração

Infraestrutura

Povos e populações vulneráveis

Recursos hídricos

Saúde

Segurança Alimentar e Nutricional

Segurança Hídrica Zona Costeira

Agropecuária

Energia

Processos industriais e uso de produtos

Resíduos

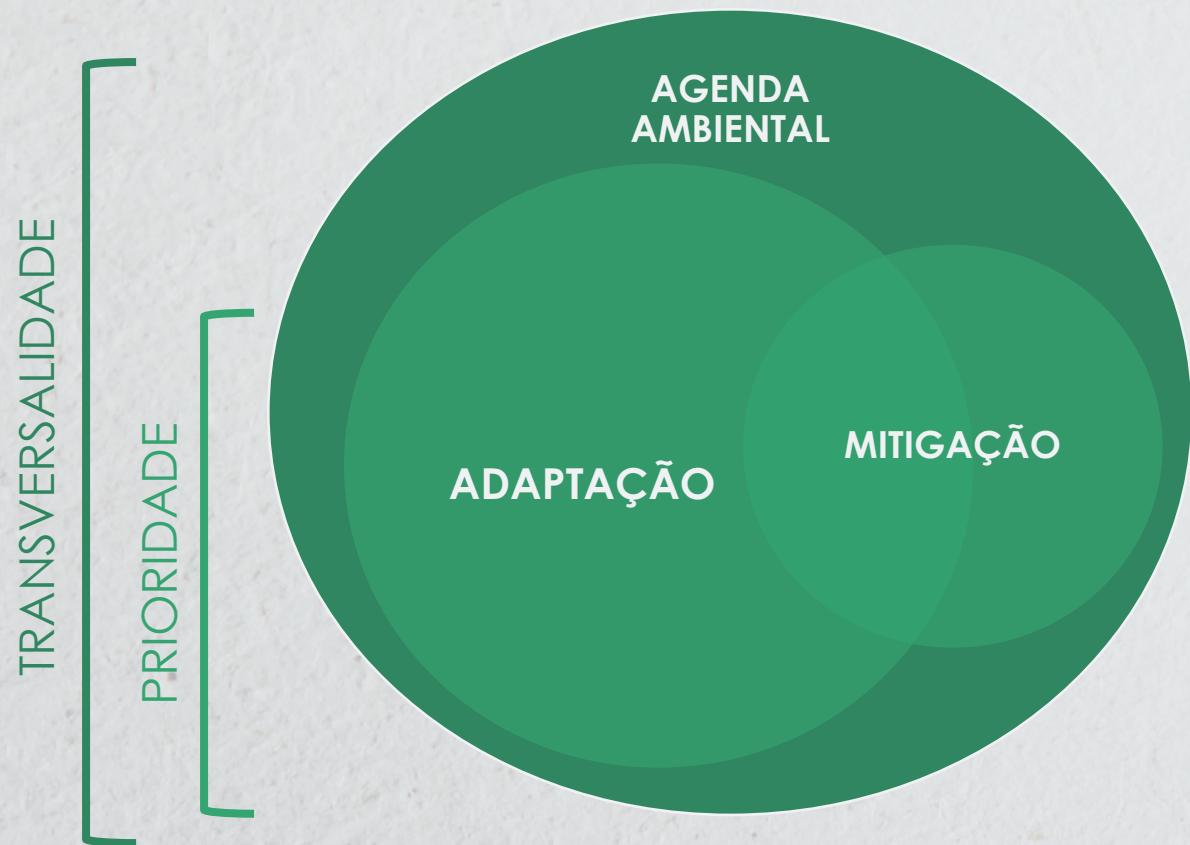
Agenda Transversal Ambiental e Prioridade Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

Conservação
dos recursos
naturais

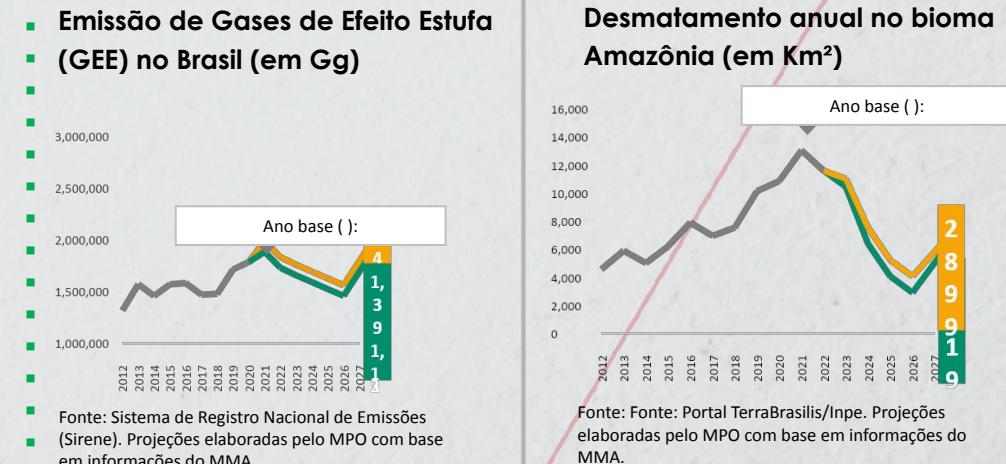
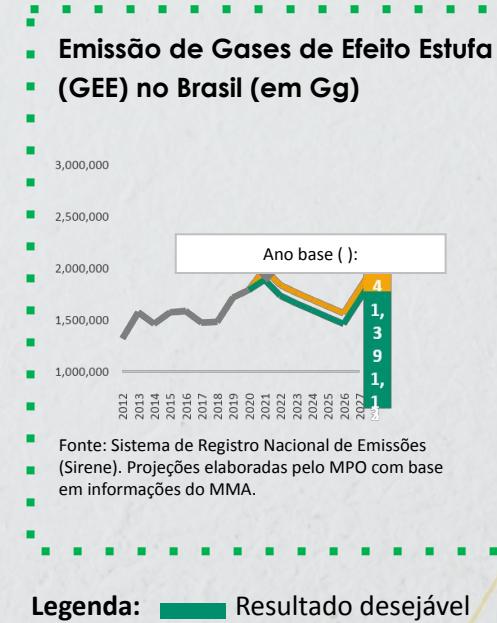
Melhoria da
qualidade
ambiental (ar,
água e solos)

Enfrentamento
da Emergência
Climática

Transição para
uma economia
de baixo
carbono



Indicadores-chave nacionais temáticos



Legenda: Resultado desejável Resultado base

Conservação dos recursos naturais

Melhoria da qualidade ambiental (ar, água e solos)

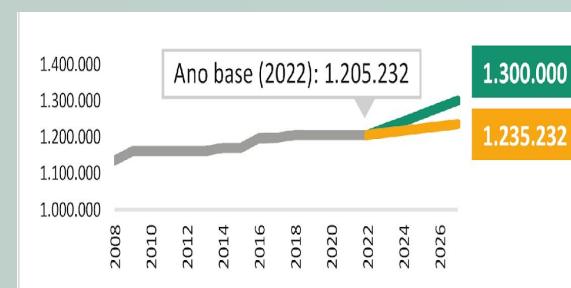
Enfrentamento da Emergência Climática

Transição para uma economia de baixo carbono

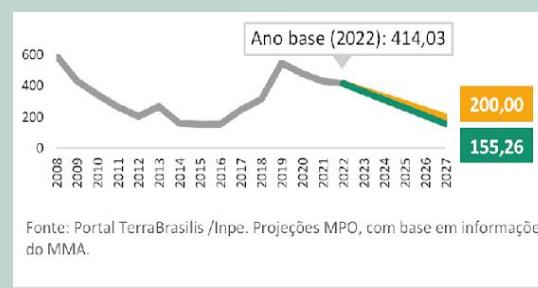
Indicadores-chave nacionais e metas

Sustentabilidade socioambiental e justiça climática

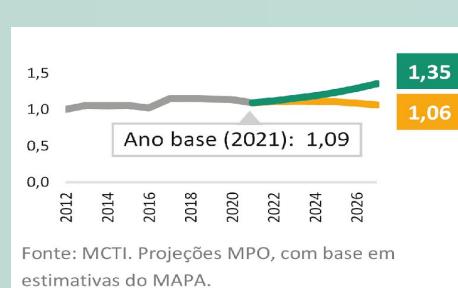
Território da Amazônia coberto por unidades de conservação (em km²)



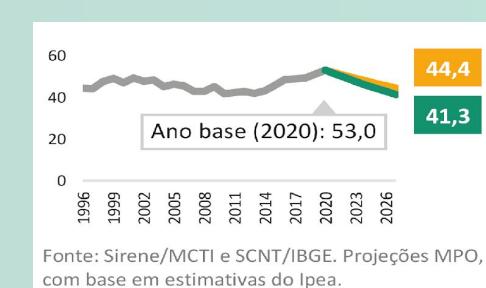
Área anual desmatada em terras indígenas (em km²)



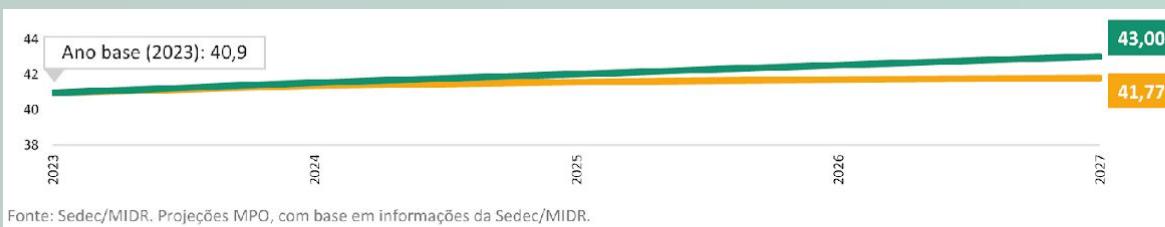
Razão produtividade total dos fatores e emissões na agricultura



Razão da emissão de GEE da indústria pelo PIB industrial (em g/R\$)



Proporção dos municípios nas faixas superiores (A e B) do Índice de Capacidade Municipal



Fonte: Sedec/MIDR. Projeções MPO, com base em informações da Sedec/MIDR.

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



Fonte: EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Conservação dos recursos naturais

Melhoria da qualidade ambiental (ar, água e solos)

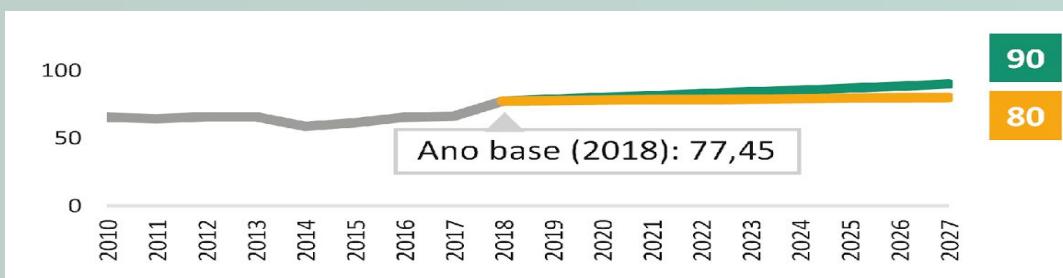
Enfrentamento da Emergência Climática

Transição para uma economia de baixo carbono

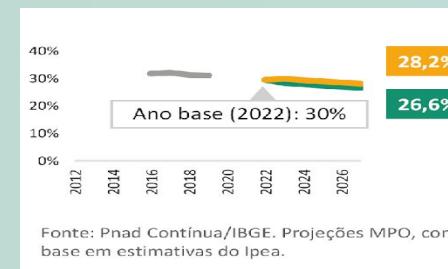
Indicadores-chave nacionais e metas

Sustentabilidade socioambiental e justiça climática

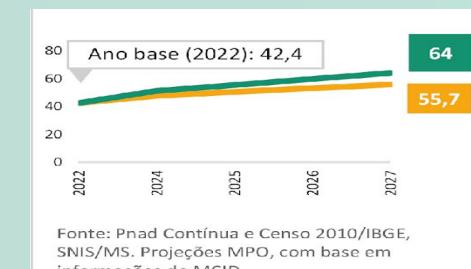
Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental (em %)



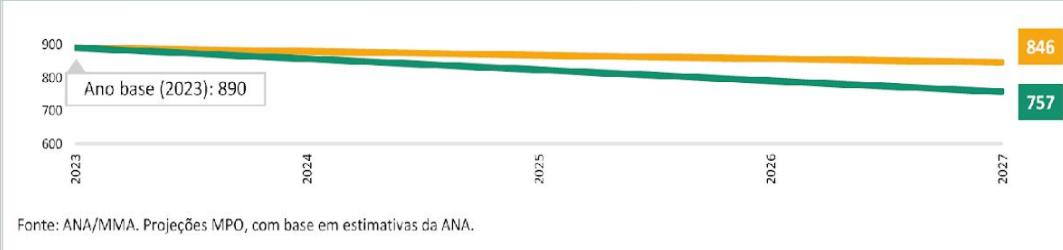
Proporção de População vivendo em domicílios precários



Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico (IAASB)

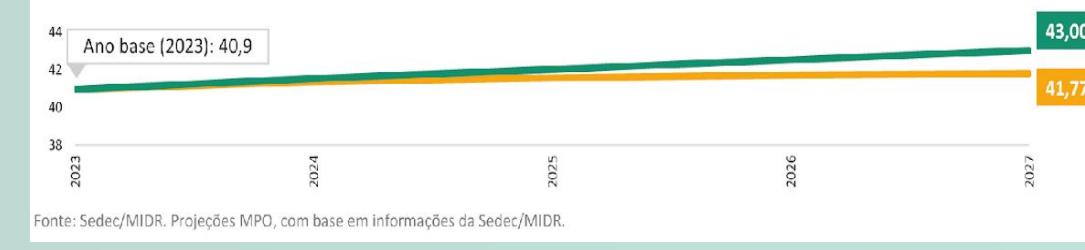


Número de municípios em nível de segurança hídrica baixo ou mínimo



Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em estimativas da ANA.

Proporção dos municípios nas faixas superiores (A e B) do Índice de Capacidade Municipal



Fonte: Sedec/MIDR. Projeções MPO, com base em informações da Sedec/MIDR.

Agenda Transversal Ambiental e Prioridade Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

Exemplos de atributos

Exemplos / Não exaustivo

Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

Objetivo Específico: Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.

Indicador: Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma.

Redução de 20% ao ano.

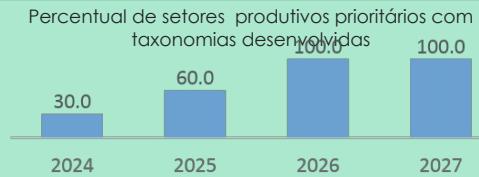
Entregas:

- Estratégia Nacional para REDD+ implementada compreendendo a sua ampliação para 15 estados dos biomas brasileiros.
- Áreas desmatadas ilegalmente no Bioma Amazônia embargadas.
- Alertas de desmatamento dos sistemas de detecção oficiais classificados por nível de prioridade para a fiscalização.
- Instauração de processos administrativos por infrações contra flora nos biomas ampliada.
- Mapa mensal preditivo de risco de degradação e desmatamento nos biomas elaborado.
- Fiscalização para controle da supressão de vegetação nativa em unidades de conservação federais ampliada.
- Fiscalização em terras indígenas ampliada.
- Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) da Amazônia Legal, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pantanal, da Caatinga e do Pampa monitorados, avaliados e atualizados.
- Monitoramento da vegetação nativa nos 6 biomas brasileiros.

Medida Institucional e Normativa: Soluções do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) implantadas para monitoramento, redução e/ou eliminação de registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR) incidentes em terras públicas.

Enfrentamento da Emergência Climática (MMA)

Entrega: Taxonomias setoriais de finanças sustentáveis desenvolvidas



Entrega: Empreendimentos, aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico financiados com recursos reembolsáveis do Programa Fundo Clima



Entrega: Projetos, estudos e empreendimentos financiados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima na modalidade não reembolsável



Medidas Institucionais:

- Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (mercado de carbono) implementado
- Plano Clima com estratégias setoriais de adaptação e mitigação elaborado

Plano de Transição Ecológica

Eixos



O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

Eixo 1: Finanças Sustentáveis

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

- Mercado Regulado de carbono
- Títulos soberanos sustentáveis
- Taxonomia nacional
- Fundo Clima

Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo (MF)

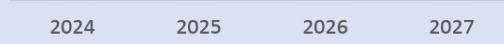
Objetivo Específico: Vabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.

Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica (R\$ Bilhão)



Entrega: Emissão de títulos soberanos sustentáveis para financiar parte das ações relacionadas à transformação ecológica.

Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica (R\$ Bilhão)



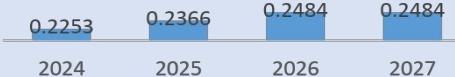
Medidas Institucionais:

- Articular política fiscal para o crescimento inclusivo.
- Articular políticas para o desenvolvimento sustentável.
- Mercado de Carbono: Edição de regulação para restringir as emissões de gases de efeito estufa pelo setor produtivo, com negociação dos créditos para tornar mais eficiente o esforço de descarbonização.
- Taxonomia Sustentável: classificação das atividades econômicas relacionadas à transformação ecológica de modo a estimular atividades sustentáveis ambiental e socialmente, assim como restringir práticas prejudiciais ao meio ambiente e à busca por uma sociedade mais justa.

Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional (MDIC)

Objetivo Específico: Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Índice de economia verde da indústria



Medidas Institucionais:

- Lançamento da Taxonomia Verde Lançamento da Reforma Tributária Verde
- Lançamento e implementação do Plano de Neutralidade de Carbono para a Indústria.
- Publicação de atos normativos infralegais relativos ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).
- Recriação do Comitê Técnico da Indústria de Baixo carbono (CTIBC) pelo Decreto nº 11.547, de 5 de junho de 2023.

Enfrentamento da Emergência Climática (MMA)

Entrega: Taxonomias setoriais de finanças sustentáveis desenvolvidas



Entrega: Empreendimentos, aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico financiados com recursos reembolsáveis do Programa Fundo Clima



Entrega: Projetos, estudos e empreendimentos financiados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima na modalidade não reembolsável



Medidas Institucionais:

- Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (mercado de carbono) implementado
- Plano Clima com estratégias setoriais de adaptação e mitigação elaborado

O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

Eixo 2: Adensamento Tecnológico do Setor Produtivo

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

- Recursos de P&D destinados a missões claras, integradas com o setor produtivo e voltadas à transformação ecológica
- Núcleos de Inovação Tecnológica estruturados nas universidades
- Encomendas tecnológicas
- Formação de mão-de-obra de alto nível para a transformação ecológica

Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização (MCTI)

OE: Recursos humanos capacitados para inovar nas empresas da indústria de TICs



Medida Institucional: Definir os requisitos para instituir insumos e produtos estratégicos para o Brasil Institucionalizar a encomenda tecnológica

Medida Institucional: Buscar o alinhamento dos instrumentos de governança institucional para o direcionamento, coordenação e acompanhamento dos investimentos nos eixos da ENCTI, com as diretrizes da política de desenvolvimento industrial.

Educação Profissional e Tecnológica que Transforma (MEC)

OE: Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.



OE: Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.



Pesquisa e Inovação Agropecuária (MAPA)

OE: Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.



ENTREGAS: Tecnologias emergentes e em áreas portadoras de futuro desenvolvidas, incluindo biologia avançada, bioinssumos, nanotecnologias, agricultura digital, agricultura de precisão, modelagem de sistemas.



O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

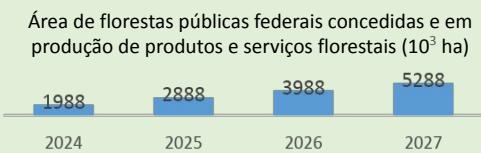
Eixo 3: Bioeconomia

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

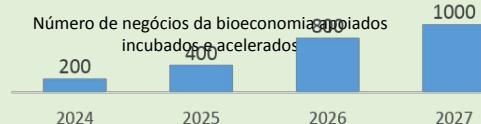
- Biotecnologia para exploração sustentável dos biomas a partir de investimentos em P&D
- Fusão do Plano Safra com a Agricultura de Baixo Carbono
- Exportação de produtos florestais não-madeireiros
- Ampliação da área de concessões florestais
- Pagamento por serviços ambientais

Programa Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade (MMA)

Objetivo Específico: Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.



Objetivo Específico: Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.



Entrega: Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA implementado

Indicador da Entrega: Número de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA cadastrados.

Medidas Institucionais:

- Regulamentação de pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas – LGFP
- Elaboração da Política e Plano Nacional de Bioeconomia, com o estabelecimento de sua governança
- Regulamentação da Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Programa Agropecuária Sustentável (MAPA)

Objetivo Específico: Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.

Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis



Objetivo Específico: Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).

Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)



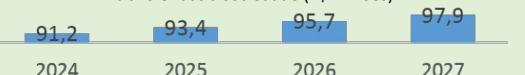
Medida Institucional:

- Elaboração do Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas (Floresta + Sustentável)

Pesquisa e Inovação Agropecuária (MAPA)

Objetivo Específico: Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade (R\$ Bilhões)



Entrega: Disponibilização de soluções tecnológicas que reduzam os custos de produção, aumentem a produtividade, assegurem a qualidade, agreguem valor a alimentos e a outros produtos agropecuários, florestais

Número de tecnologias disponibilizadas para o enfrentamento de desafios econômicos dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal



O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

Eixo 4: Transição Energética

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

- Eletrificação da frota de ônibus para transporte público e escolar
- Descarbonização dos sistemas isolados a partir de integração com sistema nacional e uso de renováveis
- Mandato para diesel verde vinculado a aumento da competitividade
- Estímulo às diferentes rotas para SAF (combustível de aviação)
- Rota 2030 com novas metas para veículos leves, incluindo biocombustível e eletrificação

Programa Aviação Civil (MPAero)

Objetivo Específico: Reduzir a intensidade de emissões de CO₂ da aviação civil brasileira.



Entrega: Estudos necessários para subsidiar as políticas de desenvolvimento dos combustíveis sustentáveis de aviação.



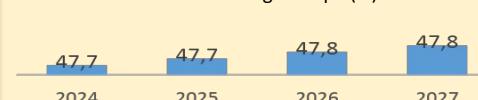
Entrega: Aquisição de equipamentos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP para a realização da certificação completa de querosene de aviação e combustíveis sustentáveis de aviação.



Programa Transição Energética (MME)

Objetivo Específico: Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira

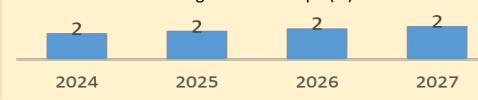
Oferta de Energia Limpa (%)



Entrega: Aumento da capacidade instalada de fonte de energia elétrica limpa

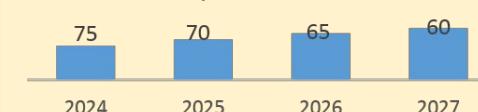
(+ 3 entrega)

Índice de evolução na capacidade instalada para produção de energia elétrica limpa (%)



Objetivo Específico: Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados

Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados



Entrega: Percentual de Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.

Percentual de Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.

OE:

- Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética (2 entregas)
- Promover a eficiência energética no uso final de energia (2 entregas)
- Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética (1 entrega)
- Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional (2 entregas)
- Interligar sistemas isolados (1 entrega)

O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

Eixo 5: Economia Circular

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

- Programa de apoio a municípios para ampliar coleta seletiva e uso de biodigestores
- Programas abrangentes de estímulo à economia circular no setor industrial (logística reversa, reaproveitamento, revisão do design dos produtos para possibilitar reuso, etc.)
- Revisão da tributação para estimular a circularidade de produtos na economia (reuso, remanufatura, reciclagem)
- Desafios tecnológicos para a reutilização de resíduos e para tratamento dos resíduos orgânicos, como biodigestores

Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo (MMA)

Objetivo Específico: Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil.



Entrega: Coleta seletiva nos Municípios ampliada.



Medida Institucional: Regulamentar os sistemas de logística reversa

Pesquisa e Inovação Agropecuária (MAPA)

Entrega: Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.



Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional (MDIC)

Entrega: Programa Municípios Verdes – Utilização do poder de compra do Estado para fortalecimento da cadeia produtiva da Economia Verde instalada no Brasil.



(Doações de equipamentos de Bioindústrias, Usinas de Biogás, Equipamentos para Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, Transportes Elétricos e de geração de energia renovável em prédios públicos)

Medida Institucional: Lançamento da Política Nacional de Economia Circular

O Plano de Transição Ecológica nos programas de governo

Eixo 6: Nova Infraestrutura e Adaptação à Mudança do Clima

Exemplos /
Não exaustivo

Elementos do Plano de Transformação Ecológica

Obras públicas para reduzir riscos de desastres naturais, como deslizamento de encostas e alagamentos

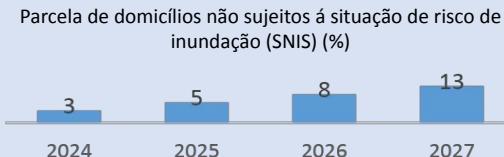
Resiliência nas grandes obras de infraestrutura do país, incluindo modais de transporte de baixo carbono

Programas específicos para municípios mais vulneráveis segundo CEMADEN

Estratégia para a segurança e resiliência agropecuária, energética e sanitária

Programa Saneamento Básico (MCid)

Objetivo Específico: Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.



Entrega: Empreendimentos contratados de sistemas de drenagem urbana ou manejo de águas pluviais.



Gestão de Riscos e Desastres (MIDR)

Objetivo Específico: Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Taxa de evolução dos municípios para as faixas superiores do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres



Agropecuária Sustentável (MAPA)

Objetivo Específico: Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)



Entrega: Ampliação da área de cultivo (ha) abrangida pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Percentual de área de cultivo assegurada pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)



SECRETARIA
NACIONAL DE
PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Parceiros



Apoio



Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretaria Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretaria Adjunta

Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento

Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo

Ariel Cecílio Garcés Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

**Diretor de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais
e Participação Social**

Danyel Iório

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial

Obrigada!